



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista

Área Saúde – Especialidade Assistente Social

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.

2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2º parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em o que vai contra suas convicções progressistas (1º parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3º parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto (...)* (2º parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2º parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditassem.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupoloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita (...)* na teoria de Darwin // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda (...) e direita (...) trocam incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores (...) invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabere**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.
-
10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento
- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
 - (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
 - (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
 - (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
 - (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.
-
12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
 - (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
 - (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
 - (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
 - (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais
-
13. Considere as seguintes orações:
- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
 - II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
 - III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:
- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
 - (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
 - (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
 - (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
 - (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.
-
14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:
- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito à um mínimo de privacidade.
 - (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
 - (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
 - (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
 - (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.
-
15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:
- (A) *Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...*
 - (B) *Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".*
 - (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais...*
 - (D) *Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares (...)?*
 - (E) *...a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público- Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a conseqüente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatária.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterà também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O atual Código de Ética Profissional não se constitui como um dogma. A perspectiva ética e normativa do Código só é legítima na medida em que seus valores e princípios são incorporados pelos profissionais. Esta incorporação deve-se dar de forma consciente, autônoma e responsável. O Código de Ética fundamenta-se em valores e princípios historicamente situados, rompendo com
- (A) o pragmatismo e a moralidade.
 - (B) a alteridade e o pluralismo de ideias.
 - (C) a a-historicidade e o relativismo dos valores.
 - (D) o determinismo social e a injustiça social.
 - (E) o messianismo e o fatalismo.
-
32. O Serviço Social constrói historicamente uma identidade e adquire legitimidade social tanto a partir da explicitação da função social da profissão quanto dos contornos éticos que assume o trabalho profissional. Há também uma profunda interação entre o que preconiza a ética profissional e o modo de ser e viver dos/as assistentes sociais. Nesse sentido, a ética profissional
- (A) recebe determinações que antecedem a sua escolha pela profissão e a influenciam, já que fazem parte de uma socialização primária que tende a reproduzir determinadas configurações éticas dominantes e se repõem cotidianamente através de relações sociais mais amplas.
 - (B) está dissociada do contexto sócio-cultural e do debate filosófico, pois ela guarda uma profunda relação com a ética social e conseqüentemente, com os projetos sociais, havendo portanto um hiato entre ética profissional e ética social.
 - (C) vincula-se aos projetos sócio-políticos hegemônicos, isentando-se das configurações alienadas da vida social, sendo permeada por escolhas de valor moral, conectadas à reprodução da sociabilidade vigente.
 - (D) tem sua existência vinculada à singularidade da relação homem *versus* natureza e, dentro da acepção marxiana do devir histórico, tendo como premissa a lógica da produção e reprodução das relações materiais do capital.
 - (E) é resultado da inserção da categoria na sociedade e no modo de vida capitalista e, conseqüentemente, de um posicionamento político explícito, configurando uma perspectiva de neutralidade da intervenção profissional.
-
33. O Serviço Social, enquanto profissão, está vinculado/articulado a um projeto societário, na atualidade, a um projeto emancipador da sociedade. Os/as assistentes sociais podem e devem contribuir na construção das condições para a emancipação humana. Esta se dá
- (A) na e pela cotidianidade.
 - (B) no e pelo trabalho associado.
 - (C) na e pela socialização dos meios de produção.
 - (D) no e pelo desenvolvimento social.
 - (E) na e pela *práxis*.
-
34. No processo de formação dos profissionais de Serviço Social, muito se tem discutido frente à relação entre os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelos/as assistentes sociais. Um dos posicionamentos presentes nessa discussão é que os profissionais de Serviço Social devem se colocar de maneira crítica e conscientemente diante do complexo de objetivos que atravessam o cotidiano institucional e os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social. Nesse sentido, faz-se necessário compreender e apropriar-se desse complexo de objetivos, que se expressam no movimento real, presentes em diferentes instâncias e níveis, implícita ou explicitamente, sendo eles:
- (A) políticos, técnicos e gerais.
 - (B) teóricos, pedagógicos e éticos.
 - (C) aparentes, ocultos e aplicáveis.
 - (D) gerais, específicos e medidos.
 - (E) institucionais, profissionais e dos trabalhadores.
-
35. A natureza socioprofissional do Serviço Social é permeada por uma característica própria que acompanha o desenvolvimento histórico da profissão: a **I**, ou seja, a fluidez, o **II** e a heterogeneidade com que os profissionais de Serviço Social são obrigados a organizar sua **III** cotidiana.
- Completa as lacunas **I**, **II** e **III** correta e respectivamente:
- (A) estrutura sincrética – imediatismo – prática interventiva
 - (B) teoria positivista – conservadorismo – práxis burocrática
 - (C) teoria marxista – imediatismo – teleologia emancipadora
 - (D) burocracia gerencialista – conservadorismo – prática política
 - (E) superficialidade analítica – possibilismo – prática interventiva



36. Os/as assistentes sociais brasileiros/as, independentemente do local de atuação ou política social em que atuam, das competências e atribuições a que recorram, afirmam, em sua maioria, que suas ações são pautadas pelo projeto ético-político do Serviço Social. Assim, ao nos apropriarmos do Código de Ética profissional, podemos apreender, além da sua dimensão normativa/legal, as dimensões conceitual, política e teleológica. Ora, remetendo-nos aos princípios fundamentais do Código, que reconhecem a liberdade como valor ético central, a essência desta determinação se pauta em exigências para atender sua efetiva materialidade, quais sejam:
- (A) o livre arbítrio, a equidade e o respeito à subjetividade dos indivíduos.
 - (B) a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
 - (C) a emancipação humana, a *práxis* e a justiça social.
 - (D) a democracia, a solidariedade e o livre arbítrio.
 - (E) o protagonismo social, a autonomia e a *práxis* política.
-
37. Na perspectiva positiva é por meio do método científico que se organiza a investigação de um determinado fenômeno social, pois utiliza-se uma abordagem tanto dos fenômenos da natureza, quanto dos fenômenos da sociedade. Para a constatação de um fenômeno particular à luz de teorias gerais é utilizado o método
- (A) Indutivo.
 - (B) Dedutivo.
 - (C) Hipotético.
 - (D) Dialético.
 - (E) Hipotético-dedutivo.
-
38. A descrição e interpretação de uma determinada situação vivida por um sujeito social, bem como das políticas de proteção que atendem à família/ao indivíduo são refletidas por meio da elaboração de estudo, relatório ou laudo social. Sendo assim, um estudo avaliativo é representado por
- (A) laudo social, apenas.
 - (B) relatório social, apenas.
 - (C) estudo social, apenas.
 - (D) relatório e laudo social.
 - (E) estudo e relatório social.
-
39. Historicamente o Serviço Social utiliza-se de instrumentos na intervenção profissional. A visita institucional é um deles e permite ao profissional operacionalizar sua ação, requerendo um amplo conhecimento teórico e técnico. Para fins de supervisão técnica são motivações para esta visita:
- (A) monitorar o trabalho técnico desenvolvido pela instituição/serviço.
 - (B) avaliar a política pública a qual a instituição/serviço está vinculada.
 - (C) avaliar as atividades desenvolvidas especificamente com os usuários da instituição/serviço.
 - (D) monitorar exclusivamente a oferta de vagas *versus* a demanda da instituição/serviço.
 - (E) acompanhar as famílias e os usuários da instituição/serviço.
-
40. A ampliação dos programas e serviços sociais que envolvem a expansão do mercado de trabalho de muitos profissionais da área social, vem alterando internamente as profissões, suas atribuições, competências e respostas profissionais. Esse processo tem retirado das profissões sua natureza, matéria, saberes interventivos e habilidades, valores, conteúdos concretos da sua especialidade profissional, outorgando-lhes múltiplas incumbências, distantes inclusive da sua cultura profissional. Assim, é impressa às profissões uma lógica gerencialista e tecnocrática, que responde a uma padronização própria de
- (A) sincretismo teórico.
 - (B) pragmatismo metodológico.
 - (C) racionalidade formal-abstrata.
 - (D) prática política.
 - (E) conservadorismo ideopolítico.
-
41. Nos diversos espaços sócio-ocupacionais, onde estão inseridos os profissionais de Serviço Social, vários são os outros profissionais que compõem a equipe de trabalho. Assim, para um atendimento na totalidade e integralidade dos usuários, faz-se necessário um trabalho de equipe interdisciplinar, significando a
- (A) unificação das fronteiras disciplinares.
 - (B) atuação dos profissionais de forma independente.
 - (C) negação das especialidades de cada profissão.
 - (D) atuação dos profissionais de maneira interdependente.
 - (E) impermeabilidade do conhecimento.



42. No contexto da sociedade capitalista, a questão social, deriva e é determinada pela lei geral da acumulação, bem como tem como determinante elementar a exploração do trabalho pelo capital. Considerando a sociedade capitalista como totalidade histórico-social em movimento, há um fator essencial e ineliminável para a ordem burguesa, qual seja,
- (A) alienação.
 - (B) desigualdade.
 - (C) riqueza social.
 - (D) hegemonia.
 - (E) subalternidade.
-
43. No mundo capitalista, as desigualdades são um desafio permanente, pela sua própria essencialidade. Nesse sentido, dá-se o processo de constituição das políticas sociais, mediadas pelo Estado e pela ação das classes sociais organizadas, as quais são determinadas pelas relações de
- (A) exploração/alienação e hegemonia/submissão.
 - (B) exploração/fetichização e consenso/disputa.
 - (C) apropriação/distribuição e dominação/subalternização.
 - (D) riqueza/pobreza e subjugação/subalternização.
 - (E) justiça/equidade e dominação/subalternização.
-
44. O Brasil, como país capitalista de desenvolvimento monopolista avançado, tem uma estrutura de classe capitalista e um Estado Burguês moderno e eficiente frente aos interesses do capital e está plenamente inserido na ordem capitalista mundial como um de seus polos estratégicos. O Estado tem então o papel fundamental de
- (A) administrar as mazelas que resultam da exploração e da opressão dos trabalhadores.
 - (B) incrementar os direitos humanos e sociais de todos os cidadãos.
 - (C) implantar a expansão universalizada da democracia.
 - (D) intermediar os interesses de classes na posse do fundo público.
 - (E) promover e implementar as revoluções passivas.
-
45. Frente às Organizações da Sociedade Civil – OSCs (atualmente denominadas) ou Organizações Não Governamentais – ONGs, considere:
- I. O estabelecimento de uma nova relação de “parceria” entre as OSCs e o Estado e/ou capital se dá no processo de ruptura das ONGs ou OSCs com os Movimentos Sociais, e quando, com o redirecionamento do financiamento da cooperação internacional.
 - II. O lugar histórico e o papel político das ONGs ou OSCs foi sendo alterado com o desenvolvimento/evolução do capitalismo, tornando-se funcional às mudanças operadas pelo projeto neoliberal.
 - III. Muitas OSCs desenvolvem trabalhos de assistência e prestação de serviços à população, muitas vezes suprimindo ausências deixadas pelo Estado.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.
-
46. As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado, mas assumiam algumas responsabilidades sociais. Algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. Eram legislações sociais
- (A) caritativas, filantrópicas e se desenvolviam numa concepção tomista.
 - (B) protetivas, ampliadas e garantiam a manutenção da ordem social.
 - (C) moralizadoras, assistencialistas e sustentavam-se no ideário do bem comum.
 - (D) repressivas, meritocráticas e possibilitavam o acesso ao mercado de trabalho competitivo.
 - (E) punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado.



47. Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos:

1. atendimento direto aos usuários;
2. mobilização, participação e controle social;
3. investigação, planejamento e gestão;
4. assessoria, qualificação e formação profissional.

- () Participar da ouvidoria da unidade.
- () Participar de estudos relativos ao perfil epidemiológico e condições sanitárias no nível local, regional e estadual.
- () Ações socioassistenciais, ações de articulação interdisciplinar e ações socioeducativas.
- () Criar campos de estágio e supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social e estabelecer articulação com as unidades acadêmicas.

Relacione, de cima para baixo, cada um desses eixos com as principais ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social.

- (A) 3, 4, 1, 2.
- (B) 4, 3, 2, 1.
- (C) 2, 3, 1, 4.
- (D) 2, 1, 4, 3.
- (E) 3, 4, 2, 1.

48. O profissional de Serviço Social que atua na Seguridade Social, especificamente na Previdência Social, tem que ter clareza das problemáticas e complexidades implícitas nessa política. Assim, entender que os desequilíbrios na Previdência Social têm sido crescentes e sucessivos, nas últimas décadas, revela um modelo de sistema com algumas fragilidades. Essa situação tem levado o governo a promover frequentes modificações nesse sistema, seja para reforçar suas fontes de custeio, seja para ajustar as prestações integrantes do seu plano de benefícios. Nesse sentido, considere:

- I. Deve-se ver como natural que, ao longo das décadas, as regras de um sistema previdenciário passem por revisões, menores ou maiores, com alguma regularidade, dado que o sistema previdenciário deve acompanhar a evolução das características da respectiva sociedade que o instituiu.
- II. As modificações no sistema previdenciário são feitas adequando-se os benefícios às suas específicas finalidades, ou promovendo-se sua compatibilização com a realidade das respectivas bases de financiamento.
- III. O Regime Geral de Previdência Social – RGPS apresenta, hoje, algumas necessidades de aperfeiçoamento, no que se refere exclusivamente à sua estrutura de custeio.
- IV. Os problemas verificados no Regime Geral de Previdência Social – RGPS não decorrem, necessariamente, dos parâmetros gerais configuradores da proteção social previdenciária brasileira, tais como os eventos e riscos cobertos, os segmentos de trabalhadores abrangidos ou as fontes de financiamento expressamente estabelecidas, grande parte das disfunções resulta, sim, de opções equivocadas. Por vezes, estas decisões confundem previdência com assistência social ou com outras políticas compensatórias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

49. A Seguridade Social brasileira é composta pela Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Na década de 1990, com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS passa-se a garantir acesso universal, integral e igualitário a todo cidadão. Passadas mais de duas décadas, o sistema se consolida com a implementação de diversas políticas de saúde públicas, como a Política Nacional de Atenção Básica, desenvolvida de forma descentralizada. É um serviço de atenção desta política:

- (A) Pronto-Socorro.
- (B) Clínica Especializada.
- (C) Hospital Dia.
- (D) Laboratório de Análise.
- (E) Consultórios de Rua.



50. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993) coloca a assistência social como política pública na esfera dos direitos, que antes era identificada como caridade e ajuda. Com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 são definidos os princípios, as diretrizes, os objetivos e os usuários desta política pública. E em 2009 é elaborada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para organização dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Por meio dessa classificação foi possível
- (A) ampliar a rede de serviços socioassistencial.
 - (B) criar critérios para oferta dos serviços socioassistenciais.
 - (C) desenvolver trabalho social com famílias por segmento.
 - (D) definir um modelo municipal de atenção.
 - (E) implantar serviços socioassistenciais de acordo com as demandas locais.
-
51. A família é o primeiro *locus* de socialização do indivíduo, um espaço de cuidados, de preocupação, de trocas e negociações cotidianas entre si e com os demais grupos sociais e, portanto, é um espaço complexo que exige recorrentemente análises profundas. Na ocorrência de violação de direito do(s) filho(s), a suspensão do poder familiar é uma medida adotada como forma de proteção, e sua vigência está de acordo com
- (A) a violação do direito identificado.
 - (B) a determinação do Conselho Tutelar.
 - (C) o interesse do juizado da Vara da Infância.
 - (D) o interesse do(s) filho(s) envolvidos na violação do direito.
 - (E) o interesse do(s) pai(s) em retomar o poder familiar.
-
52. Historicamente a assistente social desenvolveu seu trabalho por ciclo de vida e por segmento em diferentes espaços sócio-ocupacionais. A partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/04 a matricialidade sociofamiliar coloca a família no centro da atenção pública, exigindo do/a assistente social novas atribuições no trabalho com famílias. Desse modo, a prática de orientação e acompanhamento das famílias/indivíduos tem caráter
- (A) educativo.
 - (B) normativo.
 - (C) formativo.
 - (D) sensibilizador.
 - (E) informativo.
-
53. Grande parte das famílias pobres brasileiras, no universo simbólico, atribuem ao homem a autoridade moral da família diante da sociedade, e ainda coloca a mulher como chefe da casa, enquanto o homem é o chefe da família. Ou seja, a presença masculina é sinal de segurança tanto emocional, quanto material. Em famílias compostas por mãe e filho(s), é considerado como um reparador moral:
- (A) a mudança de cidade.
 - (B) o casamento.
 - (C) o trabalho.
 - (D) dar o filho para adoção.
 - (E) dar o filho para própria família criar.
-
54. Um estatuto contém regulamentos ou conjunto de regras para organização e funcionamento de instituições e órgãos públicos e privados. Sendo assim, os Estatutos da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Juventude refletem normativas que devem ser asseguradas para cada um desses ciclos de vida. De acordo com o Estatuto da Juventude é considerado jovem aquela pessoa com idade entre
- (A) 15 e 18 anos.
 - (B) 14 e 27 anos.
 - (C) 15 e 30 anos.
 - (D) 15 e 29 anos.
 - (E) 14 e 22 anos.



55. De acordo com o último Censo aproximadamente 23% de brasileiros declararam ter, ao menos, um tipo de deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa assegurar e promover a igualdade do exercício de liberdades fundamentais desse segmento. Dentre os elementos de reconhecimento igual perante esta Lei, está a curatela adotada como uma medida protetiva extraordinária apenas em caso de
- (A) direito ao próprio corpo.
 - (B) direito à privacidade.
 - (C) estabelecimento de matrimônio.
 - (D) natureza negocial.
 - (E) acesso ao trabalho.
-
56. O Estatuto da Igualdade Racial garante à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e intolerância racial. Entre suas proposições está a
- (A) destinação de cotas raciais nas instituições de ensino superior.
 - (B) destinação de cotas raciais em concursos públicos federais.
 - (C) política Nacional para População Quilombola.
 - (D) desenvolvimento de ações multiraciais e culturais nas três esferas.
 - (E) política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
-
57. Na década de 1980, a eficácia e eficiência das políticas sociais eram verificadas por meio de parâmetros economicistas. Ao longo das últimas décadas foram ampliados os elementos constitutivos de elaboração de políticas públicas, planos, programas e projetos sociais, bem como de avaliação e monitoramento destes. A construção de um painel de monitoramento tem como função
- (A) descrever os elementos quantitativos do programa.
 - (B) apresentar os índices qualitativos do projeto.
 - (C) verificar a atual situação da ação desenvolvida.
 - (D) acrescentar indicadores sociais de processo.
 - (E) representar a dinâmica relacional entre indicadores.
-
58. O cotidiano profissional está repleto de situações que exigem do/a assistente social parâmetros para análise dessas situações. Sendo assim, o/a assistente social deve assumir procedimentos investigativos fundamentado em referenciais teóricos que abordem as relações sociais constituídas historicamente. A partir disso é possível estabelecer a relação entre
- (A) particularidade e singularidade.
 - (B) particularidade e objetividade.
 - (C) universalidade e singularidade.
 - (D) subjetividade e universalidade.
 - (E) coletividade e individualidade.
-
59. A concepção de família, atualmente, é entendida por uma multiplicidade de configurações tais como: de laços consanguíneos, de aliança, monoparentalidade, entre outros formatos. Em certos contextos familiares de vulnerabilidade social o apoio emocional, financeiro, e a divisão de responsabilidade de ações cotidianas são realizados pela(o):
- (A) programa de transferência de renda.
 - (B) padrinho afetivo.
 - (C) rede de proteção social.
 - (D) organização social do território.
 - (E) conselho tutelar.
-
60. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social, na relação entre o/a assistente social e a população usuária dos serviços, se apoia, fundamentalmente,
- (A) no pragmatismo.
 - (B) na linguagem.
 - (C) na complexidade.
 - (D) no método.
 - (E) na orientação ideológica.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30